

Revista Brasileira de Ciências Sociais Aplicadas

ISSN 3085-8151

vol. 2, n. 2, 2026

... ARTIGO 8

Data de Aceite: 18/02/2026

GESTÃO FINANCEIRA NO SÉCULO XXI: A COMPARAÇÃO ENTRE AS FERRAMENTAS DE CONTROLE NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

Paula Melissa Costa Moura



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

INTRODUÇÃO

A gestão financeira desempenha um papel fundamental na eficiência e transparência das organizações públicas, torna-se uma **ferramenta estratégica** que pode transformar a saúde financeira das empresas e garante o sucesso e longevidade de um negócio. Nas entidades governamentais, a gestão financeira não se limita à alocação de recursos, mas executa a prestação de contas à sociedade, atrelada aos **conjuntos mais complexos de ações, processos e métodos** que permitem controlar, analisar e planejar as atividades financeiras, de forma a maximizar o valor dos recursos financeiros disponíveis. A gestão financeira em quaisquer que seja o seu direcionamento enfrenta desafios específicos, nas organizações públicas possui a necessidade de transparência e accountability, já no setor privado, a gestão financeira busca a maximização do lucro e do valor para o acionista. Os dados são diretamente influentes na saúde financeira dos negócios, a forma de registrar cada valor seja no setor público ou privado pode transformar e redirecionar os sentidos.

Uma boa gestão começa com o controle total dos dados e a maioria das empresas não quebram por falta de vendas, mas por falta de liquidez e um dos aspectos mais importantes da gestão financeira pública é o planejamento orçamentário, que envolve prever as receitas esperadas e definir como esses recursos serão alocados para atender às diversas necessidades e demandas da população.

METODOLOGIA

Este trabalho foi fundamentado em uma pesquisa bibliográfica, com base estru-

tural em consultas de obras clássicas de administração financeira e legislações vigentes. O trabalho estabelece o paralelo entre a gestão financeira pública e privada, utilizando como base teórica as contribuições do autor Matias-Pereira e manuais técnicos de contabilidade, que permitiu a análise entre as ferramentas contemporâneas utilizadas no controle de dados de ambos os setores.

A GESTÃO MODERNA

O controle dos dados é essencial em qualquer relação financeira, o registro rigoroso de cada entrada e saída não se refere exclusivamente a uma tarefa burocrática, mas é a base na inteligência estratégica. A rápida evolução tecnológica transforma os sistemas de anotações em ferramentas cruciais de altíssima relevância no contexto das organizações e tornam obsoletas as formas de contabilidade mental, que são reconhecidas pela perigosa premissa de “ter uma noção”. A contabilidade mental se torna além de uma escolha do gestor, mas é uma exigência do cenário atual, para Matias-Pereira o século XXI é caracterizado como ponto de partida no alcance dos desenvolvimentos e transformações econômicas, surgindo a necessidade do profissionalismo andando lado a lado com as tecnologias, fazendo com que o Estado e as organizações privadas desempenhem papéis mais complexos. Nesse cenário, com as ferramentas certas a apuração dos resultados se torna clara e confiável. Segundo Matias-Pereira, o Estado é um promotor no desenvolvimento econômicos, para sanar as dificuldades e anseios da sociedade, utilizando o seu poder em prol de suas funções.

- Regulamentação, com a criação de normas para que o mercado flua;
- Promoção de Desenvolvimento, com incentivos estratégicos aos setores;
- Redistribuição de Renda, reduzindo as desigualdades sociais;
- Estabilização e Fornecimento, interligados ao desemprego, controle de inflações e a entrega de bens e serviços essenciais.

Dessa forma, o Estado utiliza o seu poder de coerção legal para subsidiar, tributar em prol de um bom redirecionamento dos recursos. Nesse contexto, as finanças públicas aprofundam sobre os efeitos em todas as esferas, sendo elas: municipal, estadual e federal.

AS FERRAMENTAS DE CONTROLE

Independentemente da esfera ou setor, o que importa é que a atuação do Estado ocorra de forma transparente e para o sucesso dessa gestão é indispensável o uso de ferramentas capazes de transformar todas as movimentações em informações estratégicas. É a partir desse momento que a teoria se torna realista e prática. E um dos principais relatórios para uma boa gestão financeira é o DRE (Demonstrativo de Resultados do Exercício) ele mostra se instituição teve lucro ou prejuízos, o saldo da sua conta deve ser igual o que apresenta o DRE, se não for igual é sinal que algo precisa ser ajustado, ele resume receitas, custos e despesas do período e é uma ferramenta essencial para manter a saúde financeira em dia. Para que essa ferramenta seja fiel à realidade, o gestor precisa efetuar uma classificação clara nes-

se relatório, o desafio está entre a confusão das despesas e dos custos, pontos chave para distorções e erros que levantam decisões equivocadas aos demonstrativos. Discernir as diferenças entre custos e despesas e compreender os conceitos nos investimentos é essencial para uma gestão financeira eficaz em qualquer organização.

- No setor privado: uma das ferramentas mais importantes é o fluxo de caixa, que é um registro de todas as entradas e saídas do dinheiro em um determinado período. Sendo possível visualizar com clareza se está sobrando ou faltando dinheiro, permitindo tomar decisões com mais segurança e evitar surpresas desagradáveis;
- No setor público: a ferramenta central é a Execução Orçamentária e Financeira, que monitora se o gasto realizado está rigorosamente dentro do que foi previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), para viabilizar esse controle usa-se os sistemas integrados como o SIAFI no Brasil que possui o controle na fiscalização e monitoramento dos recursos.

Enquanto a gestão pública foca no equilíbrio fiscal e na garantia da continuidade dos serviços à população, o fluxo de caixa privado busca a liquidez imediata.

Embora acredita-se que cuidar da gestão financeira é complicado, manter os fluxos atualizados torna a gestão mais simples e eficiente, reduzindo problemas e permitindo focar no que realmente importa.

Um exemplo claro dentro do setor privado é o investimento em marketing no objetivo de atrair mais clientes, se as finan-

ças não estiverem organizadas pode acarretar gerando um prejuízo com o gasto de recursos que uma vez seria dedicado ao pagamento de despesas fixas. Dessa forma, quando se tem uma boa organização financeira, saberia exatamente o momento oportuno para efetuar o investimento e o valor a investir.

CUSTOS E TOMADAS DE DECISÕES

Os custos, podem ser classificados como explícitos e implícitos, fundamentam as análises financeiras e as tomadas de decisões das organizações.

- Explícitos: facilmente mensuráveis, são categorizados como despesas diretas, como pagamento de salário, fornecedores e aluguel.
- Implícitos: representam os valores ocultos associados as oportunidades, não gera a saída e giro necessário dos recursos, como uma grande quantidade de produto x estocado, o capital fica mobilizado impossibilitando o investimento em outro produto ou segmento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a gestão financeira deixa de ser uma tarefa meramente operacional e consolida-se como pilar estratégico das organizações contemporâneas. O diferencial das organizações prósperas no século XXI está relacionada na compreensão profunda dos custos, sejam eles explícitos ou implícitos. Nesse cenário a gestão financeira moderna torna-se a ciência de converter os dados em evidencias, substituindo os “achismos” e suposições por informações reais. Quando equilibrado a eficiência e rentabilidade, o

gestor ultrapassa os cenários de amadorismo e os paradigmas das tecnologias, elevando o profissional de finanças ao papel de analista estratégico, somando as competências técnicas como alicerces cruciais às organizações, amparando com fundamentações sólidas e suas decisões bem definidas através da utilização das ferramentas de dados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964]. *Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 06 fev. 2026.

BRASIL. [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000]. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 06 fev. 2026.

MATIAS-PEREIRA, José. *Administração Pública Comparada: uma introdução à gestão pública internacional*. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. *Finanças Públicas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.